



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EMANUELI DA ROCHA PEREIRA

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES E DOS  
PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS DAS EMPRESAS  
DO AGRONEGÓCIO LISTADAS NA B3

Goiânia - GO  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Emanuelli da Rocha Pereira**

Título do trabalho: **Análise da divulgação das provisões e dos passivos contingentes tributários das empresas do agronegócio listadas na B3**

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Ilírio José Rech, Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Da Rocha Pereira, Discente**, em 24/08/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3988554** e o código CRC **CB763A9E**.

---

Referência: Processo nº 23070.044176/2023-40

SEI nº 3988554

EMANUELI DA ROCHA PEREIRA

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES E DOS  
PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS DAS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO  
LISTADAS NA B3

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade  
de Administração, Ciências Contábeis e  
Ciências Econômicas da Universidade Federal  
de Goiás como requisito parcial para a obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ilirio José Rech

Goiânia  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Emanuéli da Rocha

Análise da divulgação das provisões e dos passivos contingentes tributários das empresas do agronegócio listadas na B3 [manuscrito] / Emanuéli da Rocha Pereira. - 2023.

45 f.

Orientador: Prof. Dr. Ilirio José Rech.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. CPC 25. 2. Disclosure. 3. Alimentos processados. I. Rech, Ilirio José, orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 09 dia(s) do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) intitulado “**Análise da divulgação das provisões e dos passivos contingentes tributários das empresas do agronegócio listadas na B3**”, de autoria da discente **Emanuelli da Rocha Pereira**, matrícula **201801745** do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo (a) presidente da banca **Prof. Dr. Ilirio José Rech – orientador (FACE/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof<sup>ª</sup>. Dra. Camila Araújo Machado - membro 1 (FACE/UFG)** e do **Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva - membro 2 (FACE/UFG)**. Após exposição de quinze minutos, o (a) discente foi arguido oralmente pelos membros da Banca Examinadora. Nesta arguição a Banca buscou aferir a suficiência de conhecimento e a capacidade de sistematização do tema desenvolvido pelo (a) discente em seu TCC II. Após realização dos comentários de cada um dos professores examinadores, a Banca reuniu-se reservadamente e atribuiu a nota final de **9,0 (nove)**, tendo sido o TCC II considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ilirio José Rech, Professor do Magistério Superior**, em 09/08/2023, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlio Orestes Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Araujo Machado, Professor do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3952045** e o código CRC **7E1CF877**.

## RESUMO

A falta de informações ou divulgação incompleta das provisões e passivos contingentes podem influenciar na análise do desempenho financeiro das empresas e persuadir os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisão. Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva analisar o nível de divulgação dos passivos contingentes e das provisões tributárias das empresas do agronegócio do subsetor alimentos processados. Para tanto, foram analisadas as 14 empresas listadas na B3, no período de 2018 a 2022. Para analisar as informações divulgadas das empresas listadas foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental e análise de dados com base em um checklist elaborado a partir do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os resultados evidenciaram que nem todos os critérios de divulgação das provisões e dos passivos contingentes são divulgados pelas empresas, apresentando uma média de divulgação inferior a 60% dos itens nos cinco anos analisados. Desta forma, conclui-se que para melhoria na transparência da situação econômico-financeira da empresa e para auxiliar na tomada de decisão dos usuários as empresas devem revisar e aprimorar as informações divulgadas sobre as provisões e passivos contingentes.

**Palavras-chave:** CPC 25. Disclosure. Alimentos processados.

## **ABSTRACT**

The lack of information or incomplete disclosure of provisions and contingent liabilities can influence the analysis of the financial performance of companies and persuade users of accounting accounts to make an appropriate decision. From this perspective, the objective study analyzes the level of disclosure of contingent liabilities and provisions taxes of agribusiness companies in the processed food subsector. To this end, the 14 companies in this subsector listed on B3 were followed, from 2018 to 2022. In order to analyze the disclosed information of the listed companies, a qualitative, descriptive and documentary research was carried out and data analysis was carried out based on a checklist prepared from CPC 25 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. The results showed that not all disclosure criteria for provisions and contingent liabilities are disclosed by companies, with an average disclosure of less than 60% of the items in the five years analyzed. Thus, it is concluded that in order to improve the transparency of the company's economic and financial situation and to assist users in decision-making, companies must review and improve the information disclosed about provisions and contingent liabilities.

Keywords: CPC 25. Disclosure. Processed foods.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Estudo	18
Tabela 2 – Critérios a serem divulgados conforme o CPC 25	19
Tabela 3 – Frequência de Itens Divulgados – Provisões	21
Tabela 4 – Frequência de Itens Divulgados – Passivos Contingentes	22
Tabela 5 – Quantidade de Itens Divulgados – Provisões	22
Tabela 6 – Quantidade de Itens Divulgados – Passivos Contingentes	23
Tabela 7 – Tributos Mais Incidentes – Provisões	24
Tabela 8 – Tributos Mais Incidentes – Passivos Contingentes	24
Tabela 9 – Média de empresas que realizaram a divulgação	24
Tabela 10 – Tamanho da empresa x média de divulgação	26

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. AGRONEGÓCIO, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS..</b>	<b>16</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>20</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos na área de Contabilidade buscam demonstrar, explicar e testar as mudanças ocorridas nos processos e nas práticas contábeis, sendo que a divulgação das informações é matéria de interesse recorrente dos setores públicos e privados. Isso ocorre, pois, é por meio da evidenciação de informações contábeis, sociais e administrativas que a sociedade pode conhecer as atividades desenvolvidas pelas empresas, além de conhecer os resultados obtidos nesse processo (AVELINO, 2012).

Para Neves e Bonfim (2021), no âmbito organizacional, a contabilidade é uma das principais ferramentas na visualização exata da posição financeira da entidade. Sendo assim, os dados contábeis necessitam de uma maior consistência e uniformidade para melhor credibilidade e aumento da segurança contra manipulações aos usuários externos das informações.

Nessa perspectiva, o processo de adoção do Brasil ao padrão International Financial Reporting Standard (IFRS), iniciou-se com a introdução das leis 11.638/07 e 11.941/09 para alteração da lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações. Esse novo ordenamento jurídico destacou a importância da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e proporcionou uma maior estruturação sobre as informações contábil-financeiras.

Conforme Schmitt et al. (2020), umas das regulações iniciais deste processo de implementação do Brasil ao padrão internacional foram as Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 488 e 489, criadas em 2005. A Deliberação 489 tratava-se sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas e no ano de 2009 foi revogada pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, conforme aprovação da CVM.

O CPC 25 é responsável por conceituar e definir os critérios de reconhecimento e evidenciação das provisões e dos passivos contingentes. Consoante a norma, a obrigação caracterizada como provisão deve ser reconhecida no balanço patrimonial da entidade, enquanto a obrigação que atende os critérios de um passivo contingente deve ser apenas divulgada em nota explicativa.

Diante dessa singularidade do passivo contingente, para Carmo et al. (2018), esta classe é um risco oculto, pois sobre ela não é feito reconhecimento nos demonstrativos contábeis, que são as principais fontes de levantamento de números da maioria das análises financeiras. Nessa perspectiva Silva Ferreira e Rover (2019) apontam as categorizações da probabilidade de saída

de recursos como “red flags” para todos que serão de alguma forma impactados pelas classificações que influenciam o resultado do período.

Consoante a Borba e Velho (2018), a divulgação das provisões e das contingências possibilita uma clareza em relação ao atual cenário da empresa. Alinhado a esse entendimento, Carmo et al. (2018) pontua que a deficiência na divulgação e na qualidade das informações sobre provisões e passivos contingentes pode influenciar a visão dos investidores sobre a realidade econômica e financeira da empresa e isso pode causar uma tomada de decisão sobre investimentos equivocada.

No agronegócio, a presença de passivos contingentes tributários é bastante comum devido às particularidades do setor, visto que a legislação tributária pode variar conforme a safra ou com a região em que a empresa atua. Para Schnorrenberger (2008) o agronegócio possui características específicas como duração do ciclo produtivo e financeiro e aspectos relacionados ao clima, pragas e doenças que podem influenciar no risco financeiro em comparação com companhias dos demais setores.

Conforme estudos realizados por Neves e Bonfim (2021) sobre a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto referente ao ano de 2019, evidenciou-se que o setor de agropecuária e alimentos possuía altos valores de contingências tributárias. O setor do agronegócio se destaca como uma área importante para economia nacional brasileira, sendo um setor com potencial para a produção de alimentos em grande escala. Toda a cadeia produtiva do agronegócio teve participação de mais de 24% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano de 2022, conforme dados levantados pelo CEPEA (2023).

Borba e Velho (2018) identificaram em seu estudo sobre evidenciação das provisões e passivos contingentes das principais empresas do agronegócio atuantes no segmento de carnes e derivados que, apesar das provisões de natureza tributária não serem a de maior representatividade, estas foram expostas de forma bastante detalhada pelas empresas analisadas.

Para Rosa e Souza (2019), a falta de divulgação ou má divulgação das informações sobre passivos de natureza tributária podem corromper a análise dos usuários externos, pois podem influenciar diretamente o resultado das empresas. Diante dessas informações, faz-se necessário analisar a divulgação das informações sobre as provisões e os passivos contingentes tributários das empresas do agronegócio e suas principais características.

Para isso, o estudo visa discutir o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de divulgação dos passivos contingentes e das provisões tributárias das empresas do agronegócio

do subsetor Alimentos Processados? Para responder tal pergunta, o estudo tem como objetivo geral analisar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes de empresas listadas na B3 que atuam no setor de Alimentos Processados com base no CPC 25 e os principais aspectos destas.

A relevância do estudo se denota a partir da análise de estudos sobre o tema, como o de Borba e Velho (2018), em que este implica na observação de se as empresas do agronegócio estão divulgando todas as informações sobre suas provisões e passivos contingentes de natureza tributária, visto que podem impactar na saúde financeira das empresas e influenciar potencialmente na tomada de decisão do ambiente organizacional.

Para a comunidade acadêmica o estudo contribuirá ampliando o número de pesquisas sobre provisões e passivos contingentes, destacando os de origem tributária, e poderá ser utilizada de base para realização de pesquisas futuras para discentes e profissionais que tenham interesse no tema abordado.

Além disso, sabe-se que os investidores analisam a situação econômica e financeira de uma empresa antes da decisão de qualquer investimento, sobretudo por meio das demonstrações contábeis. Sendo assim, estudos sobre essa temática de provisões e passivos contingentes podem contribuir para, além do conhecimento na área, o auxílio dos usuários externos nesse tipo de tomada de decisão.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Divulgação das provisões e passivos contingentes**

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente é responsável por conceituar e estabelecer os critérios de reconhecimento e evidenciação das provisões e passivos contingentes. Em sua definição, a provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos, uma obrigação presente da entidade, oriunda de eventos já ocorridos, cuja liquidação pressupõe saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Consoante a regulação normativa, o termo provisão trata-se apenas dos passivos com prazo ou valor incertos, sendo inadequado, dessa forma, a sua utilização como alusão a qualquer outra obrigação.

Ainda conforme o CPC 25, para que uma provisão seja reconhecida e contabilizada são necessárias as seguintes situações: a) a entidade tem uma obrigação presente advinda de um evento passado; b) a saída de recursos para liquidar a obrigação deve ser provável; e c) a estimativa confiável do valor da obrigação pode ser elaborada.”. Segundo Iudícibus et al. (2013) os passivos contingentes podem ser definidos como uma obrigação caracterizada pela possível

saída de recursos, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos ou de passivos que não podem ser reconhecidos.

O reconhecimento dos passivos contingentes não é realizado nas demonstrações contábeis, devendo estes serem divulgados nas notas explicativas da empresa. Consoante também a Iudícibus et al. (2013), os passivos contingentes devem ser reavaliados regularmente para que, em casos inesperados cuja saída de recursos se torne provável, seja feito o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis do período, desde que os demais critérios de reconhecimento de provisão também sejam atendidos.

O CPC 25 explica que as estimativas das provisões ou dos passivos contingentes podem ser realizadas pelo julgamento da administração, reforçadas de experiências com transações similares e, caso necessário, por relatórios de peritos independentes. Em todos os casos a estimativa para provisões e passivos contingentes deve ser fidedigna, visando sempre ampliar a qualidade das informações contábeis. Conforme ROTH e PETRI (2020), o uso adequado das recomendações do CPC 25 apresenta relevância no entendimento dos usuários sobre as informações financeiras e preserva situações inesperadas devido à ineficiente divulgação.

O termo divulgação pode ser definido como ato de tornar conteúdo ou informação disponível para todos. Para Hendiksen e Van Breda (1999), a divulgação corresponde a uma forma de veiculação de informação e tem como um de seus principais objetivos o fornecimento de informações que possibilitam a tomada decisão. Nessa perspectiva, para os autores, faz-se necessário que os gestores e/ou empresas façam a divulgação adequada das informações e de seus aspectos relevantes.

A divulgação de informações é uma das ferramentas que as organizações possuem para se comunicar com os seus *stakeholders*. Silva, Rech e Cunha (2014) defendem que a divulgação adequada de informações contábeis pode auxiliar na redução da assimetria informacional, possibilitando que os usuários externos obtenham informações semelhantes ao dos usuários internos e tenham uma base confiável para a tomada de decisão.

A divulgação de informações úteis sobre as provisões e os passivos contingentes fornece aos usuários maior transparência em relação a situação financeira da empresa. Conforme Schmidt (2018), esse tipo de informação consegue influenciar no processo decisório dos usuários, pois possibilita acompanhamento da situação patrimonial da entidade, mediante informações oriundas do passado e de possíveis deduções sobre o futuro. Para Gordiano et al. (2020) a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes é essencial no contexto corporativo, visto que o reconhecimento de um passivo contingente pode influenciar no resultado do exercício da entidade, sendo uma informação de importante ciência ao investidor.

A Teoria da Divulgação busca interpretar o fenômeno da divulgação de informações financeiras e as motivações para que algumas informações sejam divulgadas. Os estudos realizados por Verrecchia (2001), argumentam que não há uma teoria unificada da divulgação. Dessa forma, como contribuição na formulação de uma teoria abrangente, o autor realizou a classificação de três categorias de divulgação na Contabilidade. Sendo elas: divulgação Baseada em Associação; divulgação Baseada em Julgamento; e, divulgação Baseada em Eficiência.

A primeira é a divulgação baseada em associação, nela o foco é verificar a relação existente entre a divulgação e as mudanças nos comportamentos dos investidores, que buscam otimizar de forma individual o seu patrimônio no mercado de capitais. A divulgação baseada em julgamento visa definir quais são os fundamentos da divulgação e analisar como os gestores e/ou empresas deliberam quais informações serão divulgadas. A terceira categoria verifica o que é priorizado e mais eficiente na divulgação quando há falta de conhecimento anterior da informação.

Esse estudo pode ser classificado como pesquisa em Divulgação Baseada em Julgamento, visto que busca demonstrar quais informações e conteúdos foram divulgadas pela administração das empresas sobre suas provisões e passivos contingentes tributários.

## **2.2. Agronegócio, provisões e passivos contingentes tributários**

O agronegócio corresponde a todos processos realizadas antes, dentro e depois das porteiras das fazendas, ou seja, desde as pesquisas científicas até o transporte e comercialização de produtos. É a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição (JESUS; RIBEIRO, 2014 p. 4).

Silva (2020) defende que o setor agropecuário possui características importantes e competências na economia do país, refletindo um mercado de muita competitividade e de benefícios para uma vasta quantidade de profissionais, seja na área da administração, economia e contabilidade. Conforme Júnior e Bispo (2019), este setor goza de oportunidades de crescimento e vantagens de competitividade, que favorecem o aumento da produção e conseqüentemente mais desenvolvimento, mais empregos e renda para a população, além de mais alimentos e mais energia.

Contudo, apesar do papel fundamental na economia brasileira, o setor agropecuário possui algumas adversidades. Folloni e Borghi (2019) apontam em seu estudo que para os agentes do agronegócio o sistema tributário brasileiro é escopo de diversas críticas. Os autores

destacam um estudo realizado pelo Centro de Conhecimento em Agronegócios, em que foram listados os principais problemas tributários enfrentados pelo agronegócio. Dentre eles estavam a cobrança de tributos com alíquota “por dentro”, dificultando a exata compreensão da intensidade da incidência e as distorções provocadas pela heterogeneidade das legislações estaduais.

Rosa e Souza (2019) pontuam que a complexidade do sistema tributário no Brasil propõe uma visão clara quanto a sua influência e sua contribuição ao surgimento de processos judiciais e administrativos e esse acervo legislativo na esfera tributária, contribui significativamente à constituição de provisões e contingências passivas. Este estudo apresenta concordância com a pesquisa de Balduino e Borba (2015), na qual é demonstrado que a maioria das contingências divulgadas pelas empresas brasileiras são tributárias.

Nesse viés, Rosa (2014) verificou que 69% do total das contingências das empresas brasileiras com ações na B3 analisadas era referente a processos tributários. Balduino e Borba (2015) também sugerem que este aspecto pode estar associado aos resultados obtidos no estudo de Ribeiro, Ribeiro e Weffortt (2013), o qual constatou-se uma relação entre a subjetividade e complexidade da legislação com os elevados níveis de provisões tributárias no Brasil.

De acordo com Rosa e Souza (2019), essa característica do sistema tributário brasileiro fornece margens para uma vasta constituição de passivos contingentes, que podem se tornar prováveis obrigações e impactar diretamente no resultado apurado pelas companhias, sendo necessária, dessa forma, a adequada evidenciação das provisões e divulgação das contingências em notas explicativas para os usuários da informação.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho tem como objetivo verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das empresas do setor agropecuário. O estudo é de natureza qualitativa e quantitativa, descritiva e documental, que busca analisar o cumprimento dos critérios de divulgação exigidos pelo CPC 25, como também o conteúdo das informações divulgadas sobre as provisões e os passivos contingentes.

Para delineamento do setor Agro, foram selecionadas as empresas listadas na B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão que compõem a carteira do Índice *Agro Free Float Setorial*, o IAGRO B3. Este indicador tem como objetivo demonstrar o desempenho médio das ações de companhias listadas na B3 classificadas como Agronegócio. A população do estudo compreende 14 empresas do subsetor Alimentos Processados.

A escolha deste subsetor justifica-se por contribuir com os estudos realizados por Borba e Velho (2018) e analisar, desta vez, toda a amostra da população de empresas do agronegócio que atuam neste subsetor. Além disso, conforme Rigo, Godoy e Scarpin (2016) o setor de Alimentos Processados é um subsetor que apresenta crescimento e bastante relevância na economia brasileira.

Tabela 1 – População do Estudo

<b>SETOR ECONÔMICO</b>	<b>SUBSETOR</b>	<b>NOME</b>	<b>CÓDIGO</b>
<b>Consumo Cíclico</b>	<b>Alimentos Processados</b>	EXCELSIOR	BAUH
		MINERVA	BEEF
		BRF SA	BRFS
		CAMIL	CAML
		JALLESMACHAD	JALL
		JBS	JBSS
		J. MACEDO	JMCD
		JOSAPAR	JOPA
		M.DIASBRANCO	MDIA
		MINUPAR	MNPR
		MARFRIG	MRFG
		ODERICH	ODER
		RAIZEN ENERG	RESA
SAO MARTINHO	SMTO		

A coleta de dados ocorreu mediante análise documental das demonstrações financeiras disponibilizadas no site da CVM e no sítio das próprias empresas, bem como nas notas explicativas no período de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Estes dados se referem ao registro do volume de provisões e passivos contingentes divulgados pelas empresas no ano de 2018, ano posterior à análise temporal dos estudos realizados por Borba e Velho (2018), e nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, a fim de comparação do nível de informações divulgadas por essas empresas.

A partir das demonstrações financeiras e das notas explicativas, realizou-se um estudo qualitativo por intermédio de técnica de coleta e observação de conteúdo para a estruturação dos dados, com o apoio de um modelo de *checklist*, baseado pelo uso de pontos, em que se definiu ponto “0” quando a entidade não realizou a divulgação da informação referente ao item e “1” quando realizou a divulgação de alguma informação relacionada ao item.

A estrutura do *checklist* foi idealizada com base nos critérios de divulgação de provisões e passivos contingentes que devem ser apresentados pelas entidades, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos. Sendo 10 critérios relacionados à divulgação de provisões e 4 critérios à divulgação de passivos contingentes, conforme evidenciado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Critérios a serem divulgados conforme o CPC 25

ITENS DE DIVULGAÇÃO – PROVISÕES	
1	O valor contábil no início e no fim do período.
2	Provisões adicionais feitas no período, admitindo aumentos nas provisões existentes.
3	Valores utilizados durante o período.
4	Valores revertidos durante o período.
5	O aumento no valor descontado a valor presente devido a passagem do tempo e o efeito de mudanças na taxa de desconto.
6	Breve descrição da natureza.
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos para cada classe de provisão.
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.
9	O valor esperado de qualquer reembolso.
10	Valor de ativo que tenha sido reconhecido por conta de reembolso esperado.
ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVOS CONTINGENTES	
1	Breve descrição da natureza.
2	Estimativa do seu efeito financeiro.
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.
4	Possibilidade de qualquer reembolso.

Fonte: Adaptado de Borba e Velho (2018)

Nunes et al. (2010), em seu estudo sobre as variáveis que influenciam a adesão das Empresas ao índice de sustentabilidade da Bovespa, pontuam que normalmente o tamanho das empresas é avaliado em pesquisas pelo número de empregados, valor do ativo total, receita de vendas ou de acordo com ranking de periódicos. Neste estudo, para fins de classificação do tamanho de uma empresa, e posterior comparação com o nível de divulgação, foi considerado a Receita de Vendas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Para a análise de dados, considerou-se que a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do estudo. Assim, foi realizada a análise crítica dos documentos, levando-se em consideração alguns itens essenciais foram etapas imprescindíveis para o levantamento documental: a) elaboração do *checklist* de coleta de dados; b) busca nas fontes; c) leitura do material; d) fichamento e resumo do material para posterior estabelecimento de categorias de

análise; e) organização lógica do assunto; e, f) redação do texto (GIL, 2017). Dessa forma, a análise dos dados qualitativos foi realizada de acordo com o proposto por Bardin (2011) para a análise de conteúdo.

Já para os dados quantitativos foi utilizada uma planilha eletrônica do Microsoft Excel®, que foram analisadas as frequências absolutas e médias para as variáveis quantitativas. Assim, para identificar o nível de divulgação das provisões fez-se o levantamento da soma dos itens de divulgação e o dividiu pelo número total de itens definidos no *checklist* (10). Desse modo, a soma dos pontos pode chegar a 10, correspondendo, portanto, ao nível de divulgação de 100%. Na análise do nível de divulgação dos passivos contingentes também se fez o levantamento da soma dos itens de divulgação e o dividiu pelo número total de itens definidos no *checklist* (4). Desse modo, a soma dos pontos pode chegar a 4, correspondendo, portanto, ao nível de divulgação de 100%.

Deve-se considerar também que alguns itens avaliados não estão presentes em todas as empresas, o que não implica necessariamente no fato da empresa não atender aos critérios estabelecidos. Nos casos em que não foi possível identificar se aplica-se o item de divulgação da provisão recomendado pelo CPC 25, este foi desconsiderado na somatória do total de itens a serem divulgados.

Sendo assim, quando não foi possível identificar se os itens “o valor de qualquer reembolso esperado” e “valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado” eram aplicados, a soma dos pontos poderia chegar a 8, correspondendo, portanto, ao nível de divulgação de 100%. Para obter o percentual médio de divulgação das empresas, foi somado os percentuais atingidos em cada ano e dividido pelo total de anos analisados (5).

Na análise do nível de divulgação dos passivos contingentes considerou-se todos os itens de divulgação recomendados pelo CPC 25, visto que, conforme o pronunciamento técnico, as informações requisitadas quando não forem divulgadas por não ser praticável, ainda necessitam ser divulgadas pela entidade.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em observância às demonstrações financeiras e às notas explicativas das 14 empresas do agronegócio analisadas, percebe-se que nem todos os critérios de divulgação exigidos pelo CPC 25 são cumpridos. Este fato corrobora com o estudo realizados por Nascimento e Arruda (2019), que aborda o nível de divulgação dos passivos contingentes relacionados a processos

tributários, cíveis e trabalhistas e verificou-se que as empresas examinadas não atendem em sua totalidade as exigências estabelecidas pelo CPC 25.

Na análise documental, notou-se que com o decorrer do encerramento dos exercícios, apesar das movimentações que ocorriam nos saldos das provisões e dos passivos contingentes, as empresas apresentavam uma constância nos critérios divulgados e uma semelhança nas informações fornecidas, tanto que a maioria das empresas apresentaram um desvio-padrão igual a 0 em relação aos itens divulgados nos cinco anos analisados.

Este resultado assimila com a pesquisa realizada por Cruz, Ferreira e Costa (2015), na qual constatou-se estatisticamente uma similaridade nas notas explicativas divulgadas das companhias com ações negociadas no mercado acionário brasileiro.

Com base nesses achados, pode-se supor que talvez as empresas não estejam fornecendo atualizações sobre informações relevantes para os seus usuários e, assim como para Souza (2010), a similaridade nas informações presentes nos relatórios pode impactar na tomada de decisão dos investidores, além dessas empresas brasileiras estarem perdendo uma oportunidade de divulgar acontecimentos importantes para o mercado.

Nos estudos de Balduino e Borba (2015), os resultados obtidos apontaram que a natureza mais representativa das contingências são as tributárias. Com base nos resultados obtidos neste estudo, notou-se que os passivos contingentes de maior predominância também foram os tributários. Sendo que estes apresentaram uma média de divulgação de 50% dos itens, percentual menor do que o das provisões (57%).

Tabela 3 – Frequência de Itens Divulgados – Provisões

Frequência Itens Divulgados - Provisões						
Empresa	2018	2019	2020	2021	2022	Média
Excelsior	50%	63%	Não se aplica	Não se aplica	63%	58%
Minerva	50%	50%	50%	50%	50%	50%
BRF	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Camil	50%	38%	63%	88%	75%	63%
Jalles Machado	25%	50%	50%	50%	50%	45%
JBS	75%	75%	75%	75%	75%	75%
J. Macedo	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Josapar	13%	13%	13%	13%	13%	13%
M. Dias Branco	88%	100%	100%	100%	100%	98%
Minupar	13%	25%	13%	13%	38%	20%
Marfrig	63%	63%	75%	75%	75%	70%
Oderich	13%	13%	13%	13%	13%	13%

Raizen Energia	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Sao Martinho	63%	63%	63%	63%	63%	63%
Média Total de Divulgação						57%

Tabela 4 – Frequência de Itens Divulgados – Passivos Contingentes

Frequência Itens Divulgados - Passivos Contingentes						
Empresa	2018	2019	2020	2021	2022	Média
Excelsior	0%	25%	25%	25%	25%	20%
Minerva	75%	75%	75%	75%	75%	75%
BRF	75%	50%	50%	50%	50%	55%
Camil	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Jalles Machado	25%	25%	25%	25%	50%	30%
JBS	75%	75%	75%	75%	75%	75%
J. Macedo	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Josapar	25%	25%	25%	25%	25%	25%
M. Dias Branco	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Minupar	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Marfrig	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Oderich	25%	25%	25%	25%	25%	25%
Raizen Energia	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Sao Martinho	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Média Total de Divulgação						50%

Tabela 5 – Quantidade de Itens Divulgados - Provisões

Quantidade de Itens Divulgados					
Provisões					
BRF			CAMIL		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
6	6	6	7	3	5
EXCELSIOR			J. MACEDO		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
5	4	5	6	6	6
JALLESMACHAD			JBS		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
4	2	3,60	6	6	6
JOSAPAR			M.DIASBRANCO		

Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
1	1	1	8	7	7,80
MARFRIG			MINERVA		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
6	5	5,60	4	4	4
MINUPAR			ODERICH		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
3	1	1,60	1	1	1
RAIZEN ENERG			SAO MARTINHO		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
8	8	8	5	5	5

Tabela 6 – Quantidade de Itens Divulgados – Passivos Contingentes

Quantidade de Itens Divulgados					
Passivos Contingentes					
BRF			CAMIL		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
3	2	2,20	3	3	3
EXCELSIOR			J. MACEDO		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
1	0	0,80	3	3	3
JALLESMACHAD			JBS		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
2	1	1,20	3	3	3
JOSAPAR			M.DIASBRANCO		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
1	1	1	3	3	3
MARFRIG			MINERVA		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
2	2	2	3	3	3
MINUPAR			ODERICH		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
0	0	0	1	1	1
RAIZEN ENERG			SAO MARTINHO		
Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
3	3	3	2	2	2

Os principais tributos questionados nas demandas judiciais são ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e CONFINS em razão da interpretação da legislação por parte da administração. E os temas em comum apresentados pelas empresas consistiam em “Guerra Fiscal”, lucros auferidos no exterior, glosas de créditos de PIS e COFINS, glosa de compensação de prejuízos fiscais.

Tabela 7 – Tributos Mais Incidentes – Provisões

Tributos Mais Incidentes – Provisões					
Tributo	2018	2019	2020	2021	2022
ICMS	1	2	2	1	1
PIS e COFINS	1	0	0	0	0
IRPJ e CSLL	1	1	1	1	1
IPI	2	2	2	2	1
Outros	0	0	0	1	2
Não informado	9	9	9	9	9
Total	14	14	14	14	14

Tabela 8 – Tributos Mais Incidentes – Passivos Contingentes

Tributos Mais Incidentes - Passivos Contingentes					
Tributo	2018	2019	2020	2021	2022
ICMS	5	5	4	4	4
PIS e COFINS	0	1	2	2	2
IRPJ e CSLL	2	2	2	2	0
IPI	0	0	0	0	0
Outros	2	1	1	1	2
Não informado	5	5	5	5	6
Total	14	14	14	14	14

Dentre os critérios de divulgação menos atendidos das provisões destacam-se o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; a indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; o valor de qualquer reembolso esperado e o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado. Em média menos de três empresas apresentaram essas informações nos exercícios analisados. Quanto aos itens de divulgação dos passivos contingentes, o critério menos atendido foi o de possibilidade de qualquer reembolso.

Tabela 9 – Média de empresas que realizaram a divulgação

Percentual de Empresas que Realizaram Divulgação do Item						
Itens de Divulgação - Provisões	2018	2019	2020	2021	2022	Média

O valor contábil no início e no fim do período;	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	71,4%	78,6%	76,9%	76,9%	85,7%	77,9%
Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	64,3%	57,1%	61,5%	61,5%	64,3%	61,8%
Valores não utilizados revertidos durante o período;	64,3%	71,4%	76,9%	76,9%	85,7%	75,1%
O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	50,0%	57,1%	61,5%	61,5%	64,3%	58,9%
Breve descrição da natureza da provisão	57,1%	64,3%	61,5%	69,2%	64,3%	63,3%
Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0,0%	7,1%	7,7%	7,7%	7,1%	5,9%
Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	7,1%	7,1%	7,7%	15,4%	7,1%	8,9%
O valor de qualquer reembolso esperado	7,1%	7,1%	7,7%	7,7%	7,1%	7,4%
Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	7,1%	7,1%	7,7%	7,7%	7,1%	7,4%
Itens de Divulgação - Passivos Contingentes	2018	2019	2020	2021	2022	Média
Breve descrição da natureza.	64,3%	64,3%	64,3%	64,3%	71,4%	65,7%
Estimativa do seu efeito financeiro.	85,7%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	91,4%
A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	42,9%	35,7%	35,7%	35,7%	35,7%	37,1%
Possibilidade de qualquer reembolso.	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%

No trabalho realizado por Fonseca (2020) sobre a evidenciação de provisões e passivos contingentes de origem tributária em empresas do segmento de transporte aéreo, as entidades observadas também não atenderam totalmente aos itens do cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos, da indicação de incertezas e do valor de qualquer reembolso esperado, resultados semelhantes ao de Borba e Velho (2018).

Em análise ao porte das empresas utilizadas neste estudo, percebe-se que as maiores empresas com base no critério da receita de vendas, não necessariamente possuem o maior percentual de divulgação. A empresa J. Macedo, 9ª maior receita de vendas, apresentou uma média de divulgação das provisões maior do que a Marfrig, que possui a segunda maior receita de vendas.

Nos passivos contingentes a Minerva e a M. Dias Branco que ocupam, respectivamente, a 5ª e 6ª posição em maior receita de vendas, apresentaram um percentual de divulgação maior que a Marfrig. A maior empresa, JBS, apresentou uma média de divulgação das provisões

menor que a Raízen e a M Dias Branco. Na evidenciação dos passivos contingentes, a JBS apresentou maior percentual de divulgação, empatado com outras empresas, conforme tabela abaixo:

Tabela 10 – Tamanho da empresa x média de divulgação

Tamanho da empresa x média de divulgação				
Posição	Empresa	Média - Receita de Vendas	Média de Divulgação - Provisões	Média de Divulgação - Passivos Contingentes
1ª	JBS S.A.	R\$ 276.391.038,40	75%	75%
2ª	Marfrig	R\$ 72.395.586,00	70%	50%
3ª	Raízen Energia	R\$ 42.805.604,60	80%	55%
4ª	BRF	R\$ 41.050.686,80	75%	55%
5ª	Minerva	R\$ 22.137.441,40	50%	75%
6ª	M. Dias Branco	R\$ 7.464.887,40	98%	75%
7ª	Camil	R\$ 7.366.451,80	63%	75%
8ª	São Martinho	R\$ 4.741.364,80	63%	50%
9ª	J. Macedo	R\$ 2.145.724,40	75%	75%
10ª	JOSAPAR	R\$ 1.631.614,20	13%	25%
11ª	Jalles Machado	R\$ 1.178.544,40	45%	30%
12ª	Oderich	R\$ 635.929,40	13%	25%
13ª	Minupar	R\$ 276.068,60	20%	0%
14ª	Excelsior	R\$ 182.439,60	58%	20%

A Raízen que possui o segundo maior percentual de divulgação das provisões ocupa a 3ª posição em maior receita de vendas. A empresa está no segmento de Nivel 2 da B3, diferente da JBS e Marfrig que estão na listagem Novo Mercado. Assim, nota-se que conforme o estudo realizado por Castro, Vieira e Pinheiro (2015) verifica-se que a categorização em um índice melhor de governança corporativa no mercado brasileiro, pode não assegurar que as empresas divulguem mais informações em suas demonstrações contábeis.

Visto que se espera que as empresas de maior governança corporativa, apresentem um maior *disclosure*, pois sugere um maior comprometimento da companhia com a transparência contábil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

SCHMITT, FAGUNDES e RIBEIRO (2020) pontuam que o gestor de uma empresa possui duas possibilidades de exercício de discricionariedade no tratamento das provisões, sendo elas o levantamento da probabilidade de sua exigência no futuro e a estimativa de sua mensuração. A duas possibilidades podem impactar o lucro líquido da companhia e

consequentemente influenciar no pagamento de dividendos e demais indicadores de performance da empresa. Diante disso, este estudo busca analisar o nível de divulgação das informações sobre as provisões e passivos contingentes pelas empresas do agronegócio.

Na pesquisa foram observadas às demonstrações financeiras das 14 empresas do subsetor alimentos processados listadas na B3 e examinado se estas cumpriam com os itens de divulgação obrigatórios das provisões e passivos contingentes exigidos pelo CPC 25. Como resultado, verificou-se que apesar das exigências normativas, as empresas do agronegócio do subsetor de alimentos processados não atenderam totalmente aos itens necessários, apresentando uma média de divulgação inferior a 60% nos cinco anos analisados.

Os passivos contingentes eram de maior predominância tributários e apresentam um significativo detalhamento sobre a matéria em discussão judicial, sendo que os temas abordados se tratavam, em maioria, de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e CONFINS. A M. Dias Branco foi a empresa que apresentou o maior nível de divulgação das provisões (98%) nos anos analisados. Em relação aos passivos contingentes, a JBS, Minerva, M Dias Branco, J. Macedo, Camil e Raízen apresentaram o mesmo nível de divulgação (75%). Em geral, os passivos contingentes apresentavam um maior detalhamento que as provisões.

Os itens de divulgação das provisões mais negligenciados foram o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; a indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; o valor de qualquer reembolso esperado e o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado. Enquanto nos passivos contingentes, a possibilidade de reembolso foi o item menos divulgado pelas empresas analisadas.

O CPC 25 define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos e um dos critérios de divulgação exigidos é a indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Nas provisões este item teve um percentual de divulgação inferior a 20%, o que demonstra que apesar das empresas realizarem uma descrição da natureza das provisões não abordam de forma precisa os dois pontos essenciais para classificação de uma obrigação como provisão.

Apesar de ser esperado que as empresas de maior porte apresentassem um maior nível de divulgação de suas informações, visto que conforme Braga e colaboradores (2009) os custos de divulgação são de certa forma menores para as empresas de maior porte e estas conseguem suportar mais os custos provenientes do processo de divulgação, o tamanho da empresa não demonstrou correlação com o nível de divulgação atingido. As empresas detentoras de maior receita de vendas não apresentaram necessariamente maior divulgação que as menores.

Como limitação da pesquisa, não foi possível afirmar se as empresas omitiram a divulgação de determinados itens ou se eles não eram aplicáveis. Além disso, o estudo foi realizado com base em apenas uma população. Sendo assim, recomenda-se a realização de estudos abordando outros subsetores do agronegócio ou outro setor da economia brasileira. Também como sugestão para novas pesquisas, sugere-se a verificação do motivo de alguns itens de divulgação do CPC 25 possuírem o nível de divulgação significativamente mais baixo em relação a outros.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J. A. de S.; NASCIMENTO, C. S. Nível de divulgação do passivo contingente: um estudo nos bancos listados na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão em Análise*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 46-60, maio/ago. 2019.
- AVELINO B. C. Índice de disclosure dos estados brasileiros: Uma abordagem da teoria da divulgação. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica*, São Paulo, SP, Brasil, v.8, 2012. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/264.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2022.
- BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011. 226 p.
- BORBA, C. C. C. B.; VELHO, C. O. Análise da Evidenciação das Provisões e dos Passivos Contingentes das Principais Empresas do Segmento de Carne e Derivados Listadas na B3. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*, v. 18, n. 40, p. 16-29, 2018.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 3, n. 3, p. 81-95, 2009.
- CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; MESQUITA, K. M. P. Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 37, n. 1, p. 91-109, 2018.
- CASTRO, Mariana Camilla Coelho Silva; VIEIRA, Laís Karlina; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa e na NYSE. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 20, n. 2, p. 49-65, 2015.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados Em Economia Aplicada. PIB do agronegócio brasileiro. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRONEGOCIO-2022.17MAR2023\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRONEGOCIO-2022.17MAR2023(1).pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados Em Economia Aplicada. Mercado de trabalho/CEPEA: trabalhadores atuando no agro seguem crescendo e já superam número pré-pandemia. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-trabalhadores-atuando-no-agro-seguem-crescendo-e-ja-superam-numero-pre-pandemia.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, 2009. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf). Acesso em: fev. 2022.
- DE SOUSA FERREIRA, Diógenes; CRUZ, Vania Luiza Pagliari; DE SOUZA COSTA, Patricia. Notas Explicativas: Muita Similaridade, Pouca Informação. VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015. 2015.
- FERREIRA, R. G. et al. Determinantes das provisões nas empresas brasileiras de capital aberto. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia., 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32834>. Acesso em: 20 de março de 2022.
- FOLLONI, A.; BORGHI, V. Tributação do agronegócio (ITR, ICMS e FUNRURAL) e desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 14, n. 2, p. 32635, 2019.
- FONSECA, Ericarlos de Souza. A evidenciação de provisões e passivos contingentes de origem tributária em empresas do segmento de transporte aéreo listadas na B3. *Ciências Contábeis*. Faculdade Maria Milza. Trabalho de Conclusão de Curso, 2020.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2017. 192p.

GORDIANO, C. A. G.; MENDONÇA, L. G.; ALMEIDA, C. Fatores determinantes da evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em companhias do setor de utilidade pública da B3. XLIV ENCONTRO DA ANPAD – EnANPAD, 2020. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_evento\\_edicao=106&cod\\_edicao\\_subsecao=1726&cod\\_edicao\\_trabalho=27869](http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_subsecao=1726&cod_edicao_trabalho=27869). Acesso em: 22 de março de 2022.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

JESUS, J. P.; RIBEIRO, F. Incentivos Fiscais: O impacto em empresas do setor agrícola. IV Congresso Brasileiro De Engenharia De Produção. Ponta Grossa, Paraná, 2014.

JUNIOR, L. P.; BISPO, L. G. O Agronegócio no Brasil: Uma análise sobre a relevância do agronegócio para o cenário econômico do país (2011 a 2016). Revista de Administração de Roraima-RARR, v. 9, n. 2, p. 265-286, 2019.

NEVES, C. G. F.; BONFIM, M. P. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. Pensar Contábil, Rio de Janeiro v. 23, n. 82, p. 18-24, 2021.

NUNES, J. G.; TEIXEIRA, A. J. C.; NOSSA, V.; GALDI, F. C. Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice BM&F Bovespa de Sustentabilidade Empresarial. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 7, n. 4, art. 6, p. 328-340, 2010.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. A. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: As percepções dos protagonistas envolvidos. Revista Universo Contábil, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013.

RIGO, V. P.; GODOY, N.; SCARPIN, J. E. Comportamento dos custos nas empresas do segmento de alimentos listadas na BM&FBovespa. ABCustos, v. 10, n. 2, p. 20-43, 2016.

ROSA, B. B.; SOUZA, M. M. Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep, v. 6, n. 1, p. 16-33, 2019.

ROSA, C. A. Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2014.

ROTH, C.; PETRI, S. M. Análise da divulgação dos passivos contingentes das empresas do setor da saúde da B3. V Congresso de Iniciação Científica em Gestão e Controladoria, v.5, n.1, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/217531/Artigo%20Carolina%20-%20ICMA-COGECONT%202020%20-%2012-08.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 de julho de 2022.

SCHMIDT, A. G. T. S. Importância da Teoria da Divulgação nas Práticas de Governança Corporativa. 4th UnB Conference on Accounting and Governance & 1º Congresso UnB de Iniciação Científica – CCGUnB, Portal de Conferências da UnB, Brasília, 2018.

SCHMITT, M.; FAGUNDES, E.; RIBEIRO, A. M. Provável, possível ou remoto? Um estudo acerca das contingências tributárias dos bancos brasileiros. Revista Ambiente Contábil, v. 12, n. 1, p. 109-129, 3 jan. 2020.

SCHNORRENBARGER, A. Decisões de endividamento e risco financeiro nas companhias brasileiras do agronegócio listadas na Bovespa. 2008. 87p. Tese (Doutorado em Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, A. G. Contabilidade no mundo do agronegócio: Uma análise da divulgação dos ativos biológicos em notas explicativas. Ciências Contábeis. Centro Universitário UNIFACIG. Trabalhos de Conclusão de Curso, 2020.

SILVA, M. A.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F. Influência do isomorfismo organizacional no nível de evidenciação de ativos intangíveis. Em: VIII Congresso Anpcont, 2014. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2014/CUE328.pdf>. Acesso em 20 março de 2022.

SILVA-FERREIRA, J.; ROVER, S. Uma análise dos processos relevantes de empresas brasileiras: características que afetam a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 13, 2019.

SOUZA, LM. Análise das variáveis que explicam o nível da similaridade dos relatórios da administração de empresas negociadas no mercado acionário brasileiro. 2010. 97 f. Diss. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VAN BREDA, M. F., & HENDRIKSEN, E. S. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas. Manual de Contabilidade Societária - 5ª Ed. 1999.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

## APÊNDICE A – CHECKLIST JBS

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - JBS	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - JBS				
		2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	TOTAL	6	6	6	6	6
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - JBS	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	1	1	1	1	1
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	3	3	3	3	3



## APÊNDICE C – CHECKLIST CAMIL

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - CAMIL	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	0	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	0	0	0	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	1	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	4	3	5	7	6
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - CAMIL	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	1	1	1	1	1
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	3	3	3	3	3

## APÊNDICE D – CHECKLIST EXCELSIOR

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - EXCELSIOR	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - EXCELSIOR					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	Não se aplica	Não se aplica	1	
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	Não se aplica	Não se aplica	1	
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período	1	1	Não se aplica	Não se aplica	1	
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	Não se aplica	Não se aplica	1	
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	1	Não se aplica	Não se aplica	1	
6	Breve descrição da natureza da provisão	0	0	Não se aplica	Não se aplica	0	
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	Não se aplica	Não se aplica	0	
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	Não se aplica	Não se aplica	0	
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
	TOTAL	4	5	Não se aplica	Não se aplica	5	
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - EXCELSIOR	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Breve descrição da natureza.	0	0	0	0	0	
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	0	1	1	1	1	
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	0	0	0	0	0	
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0	
	TOTAL	0	1	1	1	1	

## APÊNDICE E – CHECKLIST JALLES MACHADO

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - JALLES MACHADO	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	0	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	0	0	0	0	0
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	0	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	0	0	0
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	2	4	4	4	4
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - JALLES MACHADO	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	0	0	0	0	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	1	1	1	1	2

## APÊNDICE F – CHECKLIST J. MACEDO

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - J. MACEDO	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	6	6	6	6	6
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - J. MACEDO	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	1	1	1	1	1
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	3	3	3	3	3

## APÊNDICE G – CHECKLIST JOSAPAR

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - JOSAPAR	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	0	0	0	0	0
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	0	0	0	0	0
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	0	0	0	0	0
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	0	0	0
6	Breve descrição da natureza da provisão	0	0	0	0	0
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	1	1	1	1	1
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - JOSAPAR	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	0	0	0	0	0
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	1	1	1	1	1

## APÊNDICE H – CHECKLIST M. DIAS BRANCO

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - M. DIAS BRANCO	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	1	1	1	1
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	1	1	1	1	1
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	7	8	8	8	8
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - M. DIAS BRANCO	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	1	1	1	1	1
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	3	3	3	3	3

## APÊNDICE I – CHECKLIST MARFRIG

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - MARFRIG	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	0	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	0	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	5	5	6	6	6
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - MARFRIG	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	2	2	2	2	2

## APÊNDICE J – CHECKLIST MINUPAR

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - MINUPAR	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	0	0	0	0	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	0	0	0	0	0
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	0	0	0	0	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	0	0	0
6	Breve descrição da natureza da provisão	0	1	0	0	0
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	1	2	1	1	3
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - MINUPAR	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	0	0	0	0	0
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	0	0	0	0	0
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	0	0	0	0

## APÊNDICE K – CHECKLIST MINERVA

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - MINERVA	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	0	0	0	0	0
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	0	0	0
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	4	4	4	4	4
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - MINERVA	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	1	1	1	1	1
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	3	3	3	3	3



## APÊNDICE M – CHECKLIST RAÍZEN ENERGIA

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - RAÍZEN ENERGIA	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	1	1	1	1	1
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	1	1	1	1	1
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	1	1	1	1	1
	TOTAL	8	8	8	8	8
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - RAÍZEN ENERGIA	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	1	1	1	1	1
	TOTAL	3	3	3	3	3

## APÊNDICE N – CHECKLIST SÃO MARTINHO

Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PROVISÃO - SÃO MARTINHO	2018	2019	2020	2021	2022
1	O valor contábil no início e no fim do período;	1	1	1	1	1
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	1	1	1	1	1
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;	1	1	1	1	1
4	Valores não utilizados revertidos durante o período; e	1	1	1	1	1
5	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	1	1	1	1	1
6	Breve descrição da natureza da provisão	0	0	0	0	0
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;	0	0	0	0	0
8	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	0	0	0	0	0
9	O valor de qualquer reembolso esperado	Não se aplica				
10	Valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Não se aplica				
	TOTAL	5	5	5	5	5
Nº	ITENS DE DIVULGAÇÃO - PASSIVO CONTINGENTE - SÃO MARTINHO	2018	2019	2020	2021	2022
1	Breve descrição da natureza.	1	1	1	1	1
2	Estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1	1
3	A indicação das incertezas sobre o valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	0	0	0	0	0
4	Possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0	0	0
	TOTAL	2	2	2	2	2